



Tribunal de Contas do Distrito Federal

SECRETARIA DE CONTAS
PRIMEIRA DIVISÃO DE CONTAS

Informação nº: 108/2023 – SECONT/1ª DICONT

Brasília (DF), 22 de agosto de 2023.

Processo nº: 17195/2018-e

Jurisdicionada: Administração Regional de Taguatinga – RA III

Processo correlacionado nº: 35950/2014-e

Assunto: Tomada de Contas Especial – TCE

Valor envolvido: R\$ 15.667,12¹

Ementa: Tomada de Contas Especial – TCE. Administração Regional de Taguatinga (RA-III). Decisão 13/2018, item IV: conversão em TCE. Decisão 1967/2018: autos apartados. Possível irregularidade em licitações públicas na RA-III, no exercício de 2014. Superfaturamento por serviços pagos por quantidades superestimadas e com sobrepreço (Processo n.º 35950/14-e). Citação dos responsáveis pelo prejuízo aferido. Defesas apresentadas. Decisão nº 2306/2019. Sobrestamento. **Nesta fase:** Análise das defesas com aproveitamento da Nota Técnica n.º 03/2020 – DIFO por tratar do mesmo tema. Baixa materialidade. Arquivamento.

Senhor Diretor-Substituto,

Cuidam os autos do exame da Tomada de Contas Especial convertida nos autos do Processo n.º 35.950/2014 em face de irregularidade em licitações públicas, na Administração Regional de Taguatinga, no exercício de 2014, com indício de sobrepreço no que diz respeito ao ajuste firmado com a empresa CARVALHO E SILVA EMPREENDIMENTOS EIRELI – ME.

¹ Valor original constante da Matriz de Responsabilização (e-DOC 3015DE54, Peça 4 pág. 4), originária do Processo nº 35.950/2014 (e-DOC EC63DA47-c, Peça nº 4).



Tribunal de Contas do Distrito Federal

SECRETARIA DE CONTAS
PRIMEIRA DIVISÃO DE CONTAS

I – CONSIDERAÇÕES INICIAIS

2. O Processo n.º 35950/14-e foi autuado em decorrência de denúncia de cidadão contra atos praticados pelo Sr. Antônio Sabino de Vasconcelos Neto, enquanto Administrador Regional de Taguatinga, no ano de 2014, relativos a possíveis fraudes em licitações de obras na modalidade convite.

3. Mediante procedimento de fiscalização (Informação n.º 12/2016 - 3ª DIACOMP – peça 35 do Processo n.º 35950/14-e), foram constatadas as seguintes irregularidades nas referidas licitações:

- a) fracionamento irregular da despesa;
- b) indícios de conluio entre empresas;
- c) ausência de processo regular de medição dos serviços executados;
- d) sobrepreço nas referências utilizadas;
- e) superestimativa dos quantitativos; e
- f) inserção de serviços fictícios.

4. Em face das irregularidades e dos prejuízos constatados, por meio dos itens IV e V da Decisão n.º 13/18 – Processo n.º 35950/14-e, a Corte determinou a conversão dos autos em TCE e a audiência dos responsáveis, *in verbis*:

IV - determinar, com esteio no art. 46 da Lei Complementar n.º 01/1994, c/c o art. 191 do Regimento Interno do TCDF, relativamente aos achados da Informação n.º 200/2016-3ª-Diacomp (e-DOC C03FAB9D-e):

a) a conversão dos autos em Tomada de Contas Especial – TCE, tendo em vista o prejuízo de R\$ 2.112.242,32, atualizado até novembro de 2016, detalhado no Papel de Trabalho n.º 17 (e-DOC E5B71C12-e);

b) a citação dos responsáveis envolvidos, indicados na Matriz de Responsabilidade n.º 2 – Superfaturamento Por Quantidade e Sobrepreço (e-DOC 3631D123-e), para apresentarem defesa ou recolherem, de forma solidária, a quantia devida, no prazo de 30 (trinta) dias;

V - promover a audiência do responsável arrolado na Matriz de Responsabilidade n.º 1 (e-DOC 3C915F1F-e), para que apresente razões de justificativa pelas graves infrações às normas legais ali indicadas, no prazo de 30 (trinta) dias, ante a possibilidade de aplicação das sanções previstas nos arts. 57, inciso II, e 60 da Lei Complementar n.º 01/1994.

**Tribunal de Contas do Distrito Federal**SECRETARIA DE CONTAS
PRIMEIRA DIVISÃO DE CONTAS

5. Posteriormente, tendo em conta a grande quantidade de procedimentos licitatórios analisados e respectivos responsáveis, o Tribunal, mediante item II da Decisão n.º 1967/18, autorizou o processamento de TCEs separadas, sendo uma para cada empresa, nos termos a seguir:

Item II da Decisão n.º 1967/18:

II - autorizar:

a) o processamento da tomada de contas especial determinada mediante o item IV da Decisão n.º 13/2018 em autos apartados, sendo um processo para cuidar das contas especiais de cada pessoa jurídica relacionada na Matriz de Responsabilidade n.º 2 (e-DOC 3631D123-e), em conjunto com as dos respectivos agentes públicos indicados como responsáveis solidários;

b) a Secont/TCDF a extrair cópia de peças do feito em exame necessárias aos procedimentos a serem adotados em razão do deliberado no item II.a;

6. Desse desdobramento, foi autuada a TCE ora em análise, que tem como parte a empresa Carvalho e Silva Empreendimento EIRELI ME, vencedora dos Convites nº 001 e 004/2014, conforme tabelado no Papel de Trabalho levantado pela DIACOMP3 (e-DOC 911AD7E5, pág. 4), destacados a seguir:

Processo	Convite	Tipo de obra	Preço Total LICITAÇÃO (R\$)	Preço Total CONTRATADO (R\$)	Desconto (%)
132.000.671/2014	001/2014	Construção de Estacionamento em Blocos Intertravados	149.568,62	98.870,79	33,90%
132.000.896/2014	004/2014	Construção/Reforma de Parque, Praça ou Quadra	149.481,37	145.196,52	2,87%

Fonte: PAPEL DE TRABALHO - PT - DIACOMP3 (peça 23 do Processo nº 35950/2014, e-DOC 911AD7E5)

7. Os resultados obtidos referentes ao superfaturamento identificado encontram-se detalhados no documento Papel de Trabalho nº 11 – (Processo 35950/2014-e, Peça 33, e-DOC 92531300, fl. 3).

**Tribunal de Contas do Distrito Federal**SECRETARIA DE CONTAS
PRIMEIRA DIVISÃO DE CONTAS

8. Conforme apontado na Informação nº 12/2016 – DIACOMP3 (e-DOC E9EA9F94), § 40, o Convite nº 001/2014, objeto do Processo nº 132.000.671/2014, não foi analisado por apresentar desconto superior a 20%.

9. Com isso, foi calculado superfaturamento no Convite nº 004/2014 (objeto do Processo nº 139.000.896/2014), decorrente de sobrepreço em relação aos valores propostos pela RA-III e os advindos da proposta contratada com a empresa Carvalho e Silva Empreendimentos EIRELI - ME, resultando no prejuízo de R\$ 15.667,12 (em valores originais).

10. Foram apontados como responsáveis o Sr. Antônio Sabino de Vasconcelos Neto (Administrador Regional), a Sra. Lauremar Dantas Barbosa (Diretora de Obras), além da empresa Carvalho e Silva Empreendimentos EIRELI - ME, na pessoa de seu representante legal, o Sr. Diego Pessoa Carvalho, na forma indicada na Matriz de Responsabilização (e-DOC 87081F50) – peça 4, fl. 4, segunda linha, os quais foram devidamente citados, conforme quadro a seguir:

Nome	Citação	Defesa
Carvalho e Silva Empreendimentos EIRELI – ME	117/18, recebida em 13/08/18, e-DOC 71BA2578, peça 11	e-DOC 9A569F9F, peça 15
Antônio Sabino de Vasconcelos Neto	118/18, recebida em 07/08/18, e-DOC 8ADC927B, peça 10	e-DOC 76057EB8, peça 23
Lauremar Dantas Barbosa	119/18, recebida em 07/08, e- DOC 852C5B59, peça 9	e-DOC 60DFA9B6, peça 25

11. Antes da análise das defesas, sobreveio a Decisão nº 2306/2019, proferida nos autos do Processo nº 17039/2018-e (também autuado por força do item II-a da Decisão nº 1967/2018), pela qual a Corte determinou o sobrestamento dos autos derivados do Processo nº 35950/2014-e até emissão, pela Divisão de Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia – DIFO, de Nota Técnica sobre os Processos nºs 17.071/2018-e e 17.403/2018-e:

O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu:
(...)



Tribunal de Contas do Distrito Federal

SECRETARIA DE CONTAS
PRIMEIRA DIVISÃO DE CONTAS

II – sobrestar o exame das tomadas de contas especiais objeto dos autos em análise e daqueles processos listados na tabela constante do parágrafo 11 da Informação n.º 67/2019-3ª Dicont, até a conclusão da manifestação da Divisão de Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia – DIFO/TCDF no âmbito dos Processos n.ºs 17.071/2018-e e 17.403/2018-e

12. Concluída a manifestação a que se refere a decisão suso transcrita, consubstanciada nas Notas Técnicas n.ºs 2 e 3/2020 (e-DOCs 0C38B47B e B40C9A1E, peças 38 e 39), os autos vieram ao Corpo Técnico para análise das alegações de defesa.

II – DA PRESCRIÇÃO

13. Importa consignar nestes autos que, para disciplinar o instituto da prescrição no âmbito do TCDF, foi proferida a Decisão n.º 4.314/2021 (e-DOC E5DD2415-e), decorrente de estudos especiais desenvolvidos no Processo n.º 32.351/2017.

14. Em consequência foi expedida pelo Tribunal a Decisão Normativa - DN n.º 5/2021², mediante a qual, no seu art. 1º, ficou estabelecido que as pretensões punitiva e de ressarcimento ao erário no âmbito do TCDF prescrevem no prazo de 5 anos.

15. Para o efetivo cumprimento do que foi decidido e normatizado nesta Casa a respeito da matéria sob comento, o Tribunal assim decidiu:

“V. dar ciência desta decisão: a) à Segecex/TCDF, de modo a orientar as Secretarias de Controle Externo desta Corte, que deverão: i. aferir a ocorrência de situação prescricional em suas instruções, mesmo sem provocação, posto tratar-se de questão de ordem pública e que decorre de princípios constitucionais estruturantes; ii. submeter ao Plenário, em cada caso, proposta de envio de documentações alusivas às fiscalizações da Corte ao Ministério Público do Distrito Federal e Territórios – MPDFT, a título de cooperação institucional, sempre que houver indícios da prática de ato de improbidade administrativa com atuação dolosa por parte dos responsáveis, considerando que, nesses casos, as

² P. 25 do DODF n.º 244, publicado em 30 de dezembro de 2021.



Tribunal de Contas do Distrito Federal

SECRETARIA DE CONTAS
PRIMEIRA DIVISÃO DE CONTAS

ações de ressarcimento ao erário são imprescritíveis (Tema 897 de Repercussão Geral);”

16. Dessa forma, em atendimento ao que foi decidido por esta Corte de Contas e orientado pela SEGECEX/TCDF, passamos, então, à aferição da possível ocorrência de prescrição no caso sob análise.

17. As despesas referentes à obra aqui relatada ocorreram a partir de 2014, Convite nº 004/2014, conforme tabelado no Papel de Trabalho levantado pela DIACOMP3 (e-DOC 911AD7E5).

18. Conforme previsto na Decisão Normativa nº 05/2021:

“Art. 1º As pretensões punitiva e de ressarcimento ao erário do Tribunal de Contas do Distrito Federal prescrevem em 5 (cinco) anos contados:

I – da data da prática do ato ou ocorrência do fato;”

19. Assim, o termo inicial para a contagem do prazo prescricional de 5 anos iniciou na data do pagamento da contrapartida à executora (já que, até aí, a diligente ação do controle interno poderia prevenir o prejuízo, pela anulação da licitação ou do contrato), em **15/09/2014** (data de lançamento da Ordem Bancária 2014OB54324), conforme dados extraídos do sistema SISCOEX:

130101 - SECR. DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMIN	00001	2014OB54324	190105 - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE TAGUATINGA	18696463000103 - CARVALHO E SILVA EMPREENDIMENTOS EIRELI - ME.	PAGTO 2ª ETAPA OBRA QUADRA PARQUINHO Q5F 02	15/09/2014	68.839,60	68.839,60
---	-------	-------------	---	--	---	------------	-----------	-----------

20. Ocorre, porém, que as irregularidades relacionadas ao Convite nº 004/2014 já eram apuradas no âmbito do Processo nº 35.950/2014, cujos resultados da inspeção determinada pela Corte culminaram na Decisão nº 09/2016 (e-DOC CF7359CE), incidindo a causa interruptiva prevista no art. 2º, II, da DN-TCDF nº 5/2021:

“Art. 2º Interrompe-se a prescrição de que trata o art. 1º:

I – pela citação, comunicação de audiência ou notificação, inclusive por meio de edital;

II – por qualquer ato inequívoco que importe apuração do fato, adotado por parte da Administração Pública do Distrito Federal ou do Tribunal de Contas do Distrito Federal;



Tribunal de Contas do Distrito Federal

SECRETARIA DE CONTAS
PRIMEIRA DIVISÃO DE CONTAS

III – pela decisão condenatória recorrível proferida pelo Tribunal que aplique sanção ou impute débito ao responsável;

IV – por qualquer ato inequívoco que importe em manifestação expressa de tentativa de solução conciliatória no âmbito interno da Administração Pública do Distrito Federal ou do Tribunal de Contas do Distrito Federal.” (grifou-se)

21. Posteriormente, os autos foram convertidos em TCE por força da Decisão nº 13/2018 (e-DOC C5196B76), com a devida citação dos envolvidos³, ocasionando nova interrupção do prazo prescricional, agora com termo final entre 07/08/2023 e 13/08/2023.

22. Considerando ainda a suspensão⁴ do prazo prescricional por 8 meses e 22 dias, decorrente do sobrestamento dos autos determinado na Decisão nº 2.306/2019, proferida em **09/07/2019**, que acarretou na emissão das Notas Técnicas nº 2/2020 (e-DOC 793E1754-c) e nº 3/2020 (e-DOC 1FEC5FA7-c), em **31/03/2020**, reputamos que a prescrição, cujo termo final se dará em **05/05/2024**, ainda não ocorreu nos presentes autos, à luz do disposto na Decisão nº 4.314/2021 e na DN TCDF nº 5/2021. Logo, o Tribunal pode levantar o sobrestamento do presente feito.

III – ANÁLISE

23. De início, importante lembrar que a análise deste feito não pode ser feita de forma individualizada, como bem alertou o Conselheiro Inácio Magalhães Filho em seu Voto no Processo 17403/2018 (fl. 16, e-DOC 340E765B), visto ser esta apenas uma entre as 23 tomadas de contas especiais desmembradas. Daí a premente necessidade de coerência entre a solução que será sugerida neste e nos demais processos derivados.

24. Os responsabilizados apresentaram defesa em documentos acostados aos autos, conforme tabela constante no § 10, retro.

³ Decisão nº 13/2018. Com comprovantes de recebimento da citação por parte do representante legal da empresa Carvalho e Silva Empreendimentos EIRELI - ME do dia 07/08/2018 por parte da Sra. Lauremar Dantas Barbosa (Peça nº 9, e-DOC 852C5B59), dia 07/08/2018 por parte de Antônio Sabino de Vasconcelos Neto (Peça nº 10, e-DOC 8ADC927B) e 13/08/2018 (Peça nº 11, e-DOC 71BA2578).



Tribunal de Contas do Distrito Federal

SECRETARIA DE CONTAS
PRIMEIRA DIVISÃO DE CONTAS

25. Salienta-se que as defesas apresentadas pelos gestores responsáveis – Antônio Sabino de Vasconcelos Neto (Administrador Regional) e Lauremar Dantas Barbosa (Diretora de Obras) – guardam grande similitude em relação àquelas apresentadas nos autos originários do Processo nº 35.950/2014, inclusive as defesas contidas nos Processos nºs 17.071/2018 e 17.403/2018⁵, cujos documentos apresentados são versões com mínimas alterações redacionais ou de conteúdo com relação à observada nestes autos.

26. Pela própria natureza do tema, verificamos a presença de questões técnicas na defesa oferecida pela empresa Carvalho e Silva Empreendimentos EIRELI - ME.

27. Pelo caráter técnico envolvido, e havendo na Corte núcleo especializado capaz de melhor balizar o tema, foi solicitada, nos termos do art. 7º, inc. V, da Portaria n.º 394/2018, oitiva da Divisão de Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia (DIFO) acerca das alegações de defesa apresentadas especificamente pelas empresas NG Engenharia e Construções Ltda (Processo nº 17071/2018-e, peça 20, e-DOC 6FB46410) e Skala Construções Eireli-ME (Processo n.º 17403/18-e, peça 14, e-DOC F6245950) em dois dos 23 processos desmembrados.

28. Ao identificar pontos em comum entre as defesas, procuramos aproveitar o debate e as conclusões exaradas pela DIFO nas análises anteriores⁶ para dar seguimento aos presentes autos sem a necessidade de sobrecarregar o núcleo especializado.

29. Ademais, a oitiva do DIFO faz sentido quando existem dados, cálculos, argumentos e documentos comprobatórios que demandem validação ou esclarecimentos. O documento juntado aos presentes autos, conforme explanado nos parágrafos seguintes, não agregou tais elementos.

30. Diante das análises de defesa já realizadas nos Processos nºs 17071/2018-e (e-DOC C36CD993) e 17403/2018-e (e-DOC 6DA74D65), as quais

⁵ e-DOCs 6234360B-c, e-DOC B4F8822B-c, e-DOC C957DC09-c e 4165F6A8-c.

⁶ NT nº 2/2020 (e-DOC 3FAA6BA9) e NT nº 3/2020 (e-DOC F5665C5D)



Tribunal de Contas do Distrito Federal

SECRETARIA DE CONTAS
PRIMEIRA DIVISÃO DE CONTAS

encontraram amparo em manifestações do Ministério Público de Contas e nos votos dos Conselheiros desta Corte, resultando inclusive nas Decisões nº 85/2021 e nº 4060/2021, adotamos a mesma linha de argumentação no exame das alegações de defesa acostadas nestes autos.

Defesa da empresa Carvalho e Silva Empreendimentos EIRELI - ME (peça 15, e-DOC 9A569F9F)

31. Os presentes autos tratam de possíveis irregularidades apontadas pela Equipe Técnica da Secretaria de Acompanhamento na Informação nº 12/2016, cujo conteúdo foi reiterado na Informação nº 200/2016 (ambas do Processo nº 35950/2014), referentes ao Convite nº 004/2014, em que a empresa Carvalho e Silva Empreendimentos EIRELI – ME, sagrando-se vencedora, foi contratada.

32. Registramos que a peça defensiva em nada difere da peça acostada aos autos do Processo nº 17071/2018, que tratou de irregularidades envolvendo a NG Engenharia e Construções Ltda. Ao analisar o Processo nº 17071/2018, o Corpo Técnico solicitou oitiva do Núcleo de Fiscalização de Obras – NFO acerca das alegações de defesa apresentadas especificamente pela referida empresa. Por isso, vamos nos valer da análise realizada pela Divisão de Fiscalização de Obras, mediante Nota Técnica n.º 03/2020 – DIFO (peça 48 do Processo nº 17071/2018, e-Doc 5191E9A0-e), que a considerou parcialmente procedente.

Considerações acerca das Notas Técnicas n.º 02/2020 e 03/2020 – DIFO

33. Compulsando as referidas Notas Técnicas n.º 02/2020 e 03/2020 – DIFO, cabe tecer observações acerca da falta de fiscalização *in loco* para a definição dos quantitativos irregulares contratados.

34. De modo a contextualizar a questão, reproduzimos, a seguir, os §§ 38-39 da Nota Técnica nº 03/2020-DIFO:



Tribunal de Contas do Distrito Federal

SECRETARIA DE CONTAS
PRIMEIRA DIVISÃO DE CONTAS

38. Posto isto, acerca da alegação da empresa de que não houve fiscalização *in loco*, importa comentar que, para o levantamento do superfaturamento, o corpo técnico utilizou como parâmetro os preços do Sinapi, efetuando uma análise acerca da adequação das composições de custos unitários contidas no orçamento de referência não apenas em termos de custo como também de compatibilidade de sua utilização considerando o objeto contratual, a finalidade dos serviços apropriados e a sobreposição entre os serviços da planilha, avaliações que dispensam qualquer visita ao local da obra.

39. Em relação aos quantitativos, os ajustes foram realizados devido à ausência de documentação no processo ou no projeto básico que justificassem aqueles constantes da planilha orçamentária, análise que também dispensa qualquer visita ao local da obra.

35. Com as vênias devidas, em relação aos quantitativos, a fiscalização *in loco* é essencial para a aferição da quantidade executada em relação àquela prevista no projeto básico. Verificada a não execução e/ou execução parcial, correto imputar à empresa executora a responsabilidade pelo prejuízo correspondente. Caso não seja possível tal aferição, estando a obra completa e tendo os executores do contrato atestado o serviço, com a ratificação da coordenação/supervisão, parece imprópria tal imputação.

36. Em outras palavras, a ausência de documentação que justifique o quantitativo previsto no projeto básico não significa a falta de execução, mas a ocorrência de falha sujeita à sanção/multa em decorrência da falta de planejamento.

37. A simples ausência da documentação/estudo não permite concluir que a empresa não tenha executado o previsto na planilha de custos. Para tanto, essencial a realização de inspeção no local da obra e levantamento de elementos que indiquem a não execução das quantidades previstas.

38. No mesmo sentido é o precedente citado pelo defendente, analisado na Nota Técnica n.º 02/2017-NFO – Processo TCDF n.º 37.400/2015-e, na qual se constatou, entre outras irregularidades, a ausência de documentos relativos à definição dos quantitativos dos serviços orçados, além da impossibilidade de medição, sugerindo multa aos responsáveis e não a imputação de prejuízo. A c. Corte, por meio da Decisão n.º 2080/17, ratificou a análise e



Tribunal de Contas do Distrito Federal

SECRETARIA DE CONTAS
PRIMEIRA DIVISÃO DE CONTAS

chamou em audiência os responsáveis, que foram penalizados com multa, mediante Decisão n.º 5882/18.

39. Portanto, mais uma vez solicitando vênias, são procedentes os argumentos da defendente em relação ao ponto específico.

40. Os possíveis prejuízos decorrentes dos Serviços 1 e 2, contemplados no Processo n.º 132.000.896/2014, conforme se depreende da tabela extraída do PT n.º 11 (peça 33, fl. 3, Processo n.º 35950/2014, e-DOC 92531300), reproduzida em seguida, têm a descrição diferente dos Serviços 1 e 2 analisados nas Notas Técnicas 02/2020 e 03/2020.

PAPEL DE TRABALHO Nº 11 - Processo nº 35950/2015				
		Orçamento da Administração	Proposta da Empresa	Folha 3
Objeto		Reforma de Parque, Praça ou Quadra		Desconto
Local		Praça QSF 02 - Taguatinga Sul		
Empresa Executora		Carvalho e Silva Empreendimentos Eireli		
Processo na RA		139.000.896/2014		
Valor		149.481,37	145.196,52	2,87%
Amostra Analisada		34,7%	34,7%	
Valores Superfaturados (Sobrepço ou Quantidades)		-17.154,33	-15.667,12	-1.487,21
% de Superfaturamento na Amostra Analisada		-33,1%	-31,1%	-2,0%
% de Superfaturamento no Total do Orçamento		-11,5%	-10,8%	-0,7%
Serviço1	Descrição	Tela de Arame Galvanizado para Alambrado	Tela de Arame Galvanizado para Alambrado	
	Código	03.01.501	03.01.501	
	Quantidade RA	96,00	96	
	Preço RA	61,02	59,27	
	Total RA	5.857,57	5.689,67	
	Quantidade AJUSTADA	96,00	96,00	
	Preço AJUSTADO	12,07	12,07	
	Total AJUSTADO	1.158,95	1.158,95	
	Superf. (Sobr/Quant.)	-4.698,62	-4.530,71	
Serviço2	Descrição	Passeio em Concreto Desempenado Espessura 5 cm	Passeio em Concreto Desempenado Espessura 5 cm	m²
	Código	03.01.701	03.01.701	
	Quantidade RA	1.050,00	1.050,00	
	Preço RA	43,83	42,58	
	Total RA	46.025,22	44.705,92	
	Quantidade AJUSTADA	1.050,00	1.050,00	
	Preço AJUSTADO	31,97	31,97	
	Total AJUSTADO	33.569,51	33.569,51	
	Superf. (Sobr/Quant.)	-12.455,71	-11.136,41	

41. Verificada essa diferença na descrição dos serviços, e seguindo o procedimento adotado nos Processos n.ºs 17071/18 e 17403/18, poderíamos solicitar a oitiva da DIFO para o caso concreto, em que seriam analisados os valores específicos para o contrato em tela. **Contudo, o valor do débito não justifica esse encaminhamento.**

42. Importante destacar que o Conselheiro Relator dos autos mostrou preocupação sobre o encaminhamento das TCEs resultantes do Processo n.º



Tribunal de Contas do Distrito Federal

SECRETARIA DE CONTAS
PRIMEIRA DIVISÃO DE CONTAS

35.950/2014. Em voto proferido no curso do Processo nº 17.403/2018, assim se pronunciou:

“Nesse sentido, peço atenção especial aos membros do Plenário desta Casa para o encaminhamento a ser adotado à matéria, uma vez que o mesmo posicionamento será replicado para os outros 22 (vinte e dois) processos que cuidam das TCEs que tratam das demais licitações de obras, na modalidade convite, ocorridas na Administração Regional do Cruzeiro – RA XI, nos anos de 2012 e 2013, e de Taguatinga – RA III, no ano de 2014, durante a gestão do Sr. Antônio Sabino de Vasconcelos Neto” (e-DOC 340E765B)

43. Naqueles autos o i. Relator entendeu que a Secretaria de Estado de Gestão do Distrito Federal – SEGOV/DF deveria adotar procedimentos sumários e econômicos em relação à empresa contratada, consoante o art. 12 da Resolução TCDF nº 102/1998:

“Por fim, considero necessário adiantar que, após o exame das novas alegações de defesa a serem encaminhadas pela empresa Skala Construtora Eireli ME em razão da citação a ser promovida nesta assentada, caso reste configurado eventual prejuízo inferior ao valor de alçada (fixado na Portaria TCDF nº 307/2015), posicionar-me-ei em harmonia com o propugnado pelo Diretor da 3ª Dicont/TCDF (e, conseqüentemente, pelo titular da Secont/TCDF e pelo Parquet especial), com pequenos ajustes, no sentido de determinar à Secretaria de Estado de Gestão do Distrito Federal – Segov/DF que adote procedimentos sumários e econômicos em relação à empresa contratada, consoante o art. 12 da Resolução TCDF nº 102/1998, realizando o devido registro no demonstrativo de que trata o art. 14 da referida resolução.”

44. Posteriormente, o Plenário, por meio da Decisão nº 4.060/2021 determinou:

“IV – determinar à Secretaria de Estado de Governo do Distrito Federal – Segov/DF que, nos termos da Portaria TCDF nº 307/2015, adote procedimento sumário e econômico com vistas ao ressarcimento do prejuízo apurado na TCE, R\$ 38.024,23 (atualizado em 22.09.2021) decorrente de prejuízos identificados pelo TCDF na execução do objeto do Convite nº 14/2012, Processo GDF nº 139.000.044/2012, observando os termos do art. 12 da Resolução TCDF nº 102/1998, bem como o registro no demonstrativo de que trata o art. 14 da referida Resolução;” (e-DOC C37D2247)

45. A fim de delinear um encaminhamento dos presentes autos em acordo com o já deliberado por esta Corte, cabe esclarecer que a Instrução Normativa nº 03/2021 veio substituir a Resolução TCDF nº 102/1998. Dessa forma, em seu artigo 24 dispôs:

“Art. 24. São ritos do processo de tomada de contas especial:



Tribunal de Contas do Distrito Federal

SECRETARIA DE CONTAS
PRIMEIRA DIVISÃO DE CONTAS

*I – **ordinário**, quando o montante em apuração for igual ou superior a **4 (quatro) vezes** o valor previsto no art. 1º da Lei Complementar nº 904/2015;*

*II – **sumário**, quando o montante em apuração for inferior ao previsto no rito ordinário e superior ou igual a **2 (duas) vezes** o valor previsto no art. 1º da Lei Complementar nº 904/2015;*

*III – **sumaríssimo**, quando o montante em apuração for abaixo do **limite inferior previsto para o rito sumário e superior a ¼ (um quarto)** do art. 1º, II, da Lei Complementar nº 904/2015.”*

*§ 1º Para efeito dos limites dispostos acima, **considerar-se-á o valor efetivo ou presumido do dano atualizado até a data de instauração da tomada de contas especial.***

(...)

§ 3º Nas tomadas de contas instauradas por determinação do Tribunal será utilizado o rito ordinário, salvo expressa determinação em contrário na decisão que impuser a instauração.” (grifou-se)

46. Em que pese o art. 24, § 3º, do referido normativo estabelecer que as tomadas de contas instauradas por determinação do Tribunal deverão ser objeto de rito ordinário, “*salvo expressa determinação em contrário na decisão que impuser a instauração*”, é sabido que a presente TCE foi instaurada antes do referido normativo (2018), portanto sem que houvesse a possibilidade de conter determinação nesse sentido.

47. Assim, o dispositivo em questão pode ser relevado, já que, como se observa no preâmbulo da Instrução Normativa nº 03/2021, é dever desta Casa a busca pela celeridade, racionalidade administrativa e da economia processual, evitando que o custo da cobrança seja superior ao valor do ressarcimento pretendido.

48. Nesse sentido, para que os autos tenham o devido encaminhamento, verifica-se que o débito apurado para a empresa Carvalho e Silva Empreendimentos EIRELI – ME, atualizado até a instauração da TCE, conforme prevê o art. 24, § 1º, da Instrução Normativa nº 03/2021, é de R\$ 18.486,32, indicado na Matriz de Responsabilização (e-DOC 87081F50) – Peça nº 4, fl. 4, segunda linha. Portanto, o montante aponta para o rito sumaríssimo, conforme disposto no art. 24, I, da referida instrução normativa, c/c art. 1º, caput, da Lei Complementar nº 904/2015, c/c art. 1º da Portaria PGDF nº 6/2023:



Tribunal de Contas do Distrito Federal

SECRETARIA DE CONTAS
PRIMEIRA DIVISÃO DE CONTAS

“Art. 24. São ritos do processo de tomada de contas especial:

*III – **sumaríssimo**, quando o montante em apuração for abaixo do **limite inferior previsto para o rito sumário e superior a ¼ (um quarto) do art. 1º, II, da Lei Complementar nº 904/2015.**”*

§ 1º Para efeito dos limites dispostos acima, considerar-se-á o valor efetivo ou presumido do dano atualizado até a data de instauração da tomada de contas especial.

Lei Complementar nº 904/2015

*Art. 1º Fica dispensado o ajuizamento de execução fiscal para a cobrança dos créditos tributários e não tributários inscritos em dívida ativa do Distrito Federal cujos valores consolidados por devedor sejam iguais ou inferiores a **R\$ 30.469,52**, reajustáveis anualmente conforme os parâmetros do art. 1º da Lei Complementar nº 435, de 27 de dezembro de 2001.*

Portaria PGDF nº 6/2023

*Art. 1º Definir que o valor para dispensa de ajuizamento de execução fiscal para cobrança de créditos tributários e não tributários inscritos em dívida ativa do Distrito Federal deve obedecer ao limite de **R\$ 33.044,19 (trinta e três mil e quarenta e quatro reais e dezenove centavos)**, reajustáveis anualmente conforme os parâmetros do art. 1º da Lei Complementar nº 435, de 27 de dezembro de 2001.”*

(Grifos nossos)

49. O limite mínimo do rito sumário é, atualmente, de R\$ 66.088,38 (2 x R\$ 33.044,19) e os limites do rito sumaríssimo ficam delimitados entre R\$ 8.261,05 e R\$66.088,19. Logo, o valor do prejuízo apurado (R\$ 18.486,32) remete a TCE em análise ao rito sumaríssimo, ficando dispensado seu envio à Corte. Ademais, a aludida Instrução assim dispõe:

*“Art. 56. **No processo de tomada de contas especial conduzido sob o rito sumaríssimo, fica dispensado o seu envio ao Órgão Central de Controle Interno e ao Tribunal**, aplicando-se os dispositivos referentes ao rito ordinário previstos no Capítulo IV do Título IV, à exceção dos arts. 30, X, 31, I e II, 33, IX, 36 e 47 a 52, parágrafo único.”*

(Grifou-se)

50. Assim, verifica-se que cabe ao órgão ou setor jurídico competente a adoção das medidas cabíveis relativas a esta TCE.

51. Assim, tendo em conta os princípios da racionalização administrativa e da economia processual, insculpidos no artigo 85 da L.C. n.º



Tribunal de Contas do Distrito Federal

SECRETARIA DE CONTAS
PRIMEIRA DIVISÃO DE CONTAS

01/94, pode a c. Corte determinar o prosseguimento das apurações sob análise na SEGOV, nos termos do item IV da Decisão nº 4.060/2021.

52. Na sequência, procede-se a análise de mérito das defesas dos demais responsabilizados, caso a c. Corte decida pelo seguimento do feito.

Defesa do Sr. Antônio Sabino de Vasconcelos Neto (e-DOC 76057EB8, peça 23)⁷

Preliminar 1 – Nulidade da denúncia. Irregularidade formal e material (fls. 3/4)

53. O defendente pugna pela nulidade da denúncia por vício formal e material – quanto ao primeiro, nos termos apontados na Informação n.º 236/14 – 3ª DIACOMP, por não ter havido comprovação de autenticidade da denúncia anônima e argumenta que o anonimato caracterizaria o vício originário dos autos; quanto ao segundo vício, alega que as acusações são vagas, trazendo consequências jurídicas e econômicas negativas ao justificante.

54. Ausentes os requisitos da denúncia, entende irregular a tramitação do Processo n.º 35950/14-e e, conseqüentemente, contaminado pelo mesmo vício o presente feito, pois derivado daquele.

Análise

55. O assunto já foi debatido e superado na primeira fase do Processo n.º 35950/14-e, em face da Decisão n.º 13/15, que conheceu “da exordial (peça 3; e-DOC D5F4F274-e), em razão do preenchimento dos requisitos de admissibilidade exigidos no preâmbulo do § 1º, inciso I, do artigo 196 do

⁷ Juntado aos presentes autos, à peça 23 (e-DOC 12F0490F), encontramos o documento particular de defesa do Sr. Antônio Sabino de Vasconcelos Neto submetido a tomada de contas especial em que se apontam irregularidades na contratação da empresa **Vale Construções e Serviços - ME** em 2013 na Administração do Cruzeiro (vide fl.3, primeiro parágrafo), empresa responsabilizada no Processo nº 17179/2018. Notamos que o erro se repete em outros processos desmembrados. Ao mesmo tempo, encontramos o documento particular de defesa do Sr. Antônio Sabino de Vasconcelos Neto referente à contratação da empresa **Carvalho e Silva Empreendimentos EIRELI - ME**, analisada nos presentes autos, erroneamente⁷ submetido aos autos do Processo nº 17217/2018, à peça 32 (e-DOC 4C7AD203). Observando que os documentos submetidos são idênticos, consideramos a troca de nome da empresa responsável como um erro tipográfico.



Tribunal de Contas do Distrito Federal

SECRETARIA DE CONTAS
PRIMEIRA DIVISÃO DE CONTAS

RI/TCDF c/c os postulados do controle social disciplinados na Lei de Acesso à Informação” e autorizou inspeção para exame dos fatos lá descritos.

56. Ou seja, houve a devida certificação do denunciante pela Ouvidoria da Corte e os fatos descritos foram suficientemente precisos, tanto que diversas irregularidades foram confirmadas por meio de posterior inspeção, sendo improcedente a Preliminar 1.

Preliminar 2 – Necessidade de sobrestamento dos autos (fls. 4/5)

57. Requer o defendente o sobrestamento dos autos em razão das operações “Apate” e “Monopólio”, realizadas pela Polícia Civil do DF (PCDF). Informa que grande parte dos processos relacionados ao justificante estão sob investigação policial, podendo redundar em processo judicial.

58. Nesse sentido, mesmo reconhecendo a independência das instâncias, alega prudente o sobrestamento, de modo a evitar decisões conflitantes e prejudiciais aos seus direitos constitucionais.

59. A esse respeito traz recente decisão da Corte:

PROCESSO N° 8340/2018-e

Decisão n° 4513/2018

O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu:

I—tomar conhecimento:

a) da Informação n° 2108/2018- 3 Diacomp (e-DOC 8C50C3CC-e); b) do n° 2717/2018—ML (e-DOC EC17A1E4-e);

II - solicitar a PCDF o envio, no prazo de 30 (trinta) dias, de informações produzidas nas operações denominadas "Apate" e "Monopólio" que se inter-relacionem com os fatos apurados nos autos em exame, especificamente ao tema fracionamento de licitação, mediante convites, para execução de obras de engenharia nas Regiões Administrativas do Cruzeiro - RA XI, nos anos de 2012 e 2013, e de Taguatinga - RA III, no exercício de 2014;

III - sobrestar o deslinde dos autos em exame, até o cumprimento do subitem II, retro;

IV - autorizar:

a) o envio de cópia do relatório/voto do Relator e desta decisão a PCDF, para subsidiar o cumprimento da diligência constante do item II;



Tribunal de Contas do Distrito Federal

SECRETARIA DE CONTAS
PRIMEIRA DIVISÃO DE CONTAS

b) o retorno dos autos a Secretaria de Acompanhamento - Seacom/TCDF, para adoção das providências pertinentes.

Análise

60. Conforme reconhece o defendente, vigora, no caso concreto, a independência das instâncias, podendo o Tribunal dar curso normal aos autos, apesar da tramitação do processo judicial. Mas, nos termos informados pelo mesmo, sequer existe ação penal em curso, estando o tema ainda em fase preliminar, de inquérito policial, ou seja, de investigação. Assim, no caso em foco, já em fase de defesa, com apuração completa e dano quantificado, parece temerário o sobrestamento até a conclusão de processo judicial hipotético.

61. Ademais, o precedente invocado – Decisão n.º 4513/18 – Processo n.º 8340/18-e, trata de fracionamento de licitação mediante convites, também objeto central das operações “Apate” e “Monopólio”, ou seja, a linha mestra dos crimes investigados pela PCDF possui estreita identidade com a irregularidade objeto daqueles autos. Este feito, diferentemente, trata de superfaturamento e sobrepreço, cujas apurações, já encerradas, frise-se, são especialidade desta Corte.

62. Também cabe destacar que a Decisão n.º 4513/18, de 20/09/2018, determinou o sobrestamento por período bastante reduzido, a princípio por apenas 30 dias, até o envio de informações pela PCDF, o que já ocorreu, seguindo o Processo n.º 8340/18-e o seu curso normal. Dessa forma, o *decisum* não se adequa como precedente ao caso em tela, que solicita o sobrestamento até a conclusão de processo judicial hipotético.

63. Nesses termos, opinamos pela improcedência dos argumentos e pela continuidade do feito.



Tribunal de Contas do Distrito Federal

SECRETARIA DE CONTAS
PRIMEIRA DIVISÃO DE CONTAS

Preliminar 3 – Necessidade de individualização da conduta do defendente como pressuposto da eventual responsabilização coletiva (fls. 5/8)

64. Reclama o defendente da falta de descrição de eventuais condutas que tenham dado causa às irregularidades, ou seja, ausente o nexo causal, sem o qual entende impossível a caracterização da responsabilidade subjetiva. Colaciona jurisprudência acerca do tema.

65. Complementa afirmando que, além das funções por ele ocupadas por ocasião da suposta irregularidade, há que individualizar a sua conduta, até mesmo para permitir o contraditório e a ampla defesa.

66. Requer o chamamento do feito à ordem para que seja delineada a responsabilidade subjetiva, com a indicação do nexo causal entre a sua conduta e os achados objetos desta TCE.

Análise

67. Da atenta análise da Matriz de Responsabilização (e-DOC 87081F50, peça 4), constata-se presentes o “Valor do Prejuízo”, o “Tipo de Irregularidade (superfaturamento por serviços pagos com quantidades superestimadas e por sobrepreço)” e os “Responsáveis Solidários” (responsáveis pela Administração Regional, Diretoria de Obras e pela empresa executora), não havendo indicação do nexo causal.

68. Compulsando a Informação n.º 200/16 – DIACOMP3 (e-DOC C03FAB9D), análise de justificativas dos responsabilizados, e a Informação n.º 12/16– DIACOMP3 (peça 35 do Processo n.º 35950/14-e, e-DOC E9EA9F94-e), relatório de inspeção, também não há, com as vênias devidas, caracterização do nexo causal.

69. Além disso, em consulta ao Papel de Trabalho n.º 11 (Processo n.º 35950/14-e, peça 33, fl. 3, e-DOC 92531300), que contém o cálculo do superfaturamento do caso presente, é possível constatar ser o valor composto da soma de valores correspondentes ao Processo n.º 139.000.896/2014, especificado por serviço.



Tribunal de Contas do Distrito Federal

SECRETARIA DE CONTAS
PRIMEIRA DIVISÃO DE CONTAS

70. Em ambos os itens (serviços 1 e 2), as descrições apontam para ajustes no preço decorrentes da referência adotada. Esses ajustes, s.m.j., remetem a responsabilidade à Sra. Lauremar Dantas Barbosa, quem realizou o levantamento dos preços que serviram de base para as licitações que vieram a ocorrer.

71. Assim, o defendente foi levado a crer que sua responsabilização estaria calcada, basicamente, pelo exercício do cargo de Administrador Regional.

72. Contudo, como dirigente máximo da Administração Regional de Taguatinga, é perceptível a falta do dever de cuidado, proteção ou vigilância do agente que é obrigado a agir para evitar o resultado – essa omissão (imprópria) pode ser colocada na cadeia de desdobramentos que culminaram no prejuízo em tela. O Controle Interno, ressalte-se, não é exercido exclusivamente pelos órgãos institucionalmente incumbidos para fiscalização; trata-se de um verdadeiro **sistema** do qual todo agente público integra, consoante reza o art. 70, *caput*, c/c art. 75 da Constituição Federal.

73. Nesse sentido, verifica-se, nos Processos nºs 17.071/2018 e 17.403/2018, ambos originários do Processo nº 35.950/2014, que as Decisões nº 4.242/2020 (Processo nº 17.403/2018) e 81/2021 (Processo nº 17.071/2018) indicam o seguinte:

*“III – considerar **parcialmente procedentes as alegações de defesa encaminhadas pelo Sr. Antônio Sabino de Vasconcelos Neto e pela Sra. Lauremar Dantas Barbosa, de modo a descaracterizar a responsabilidade solidária pelo débito imputado, mas sendo insuficiente para afastar a aplicação da sanção prevista no inciso III do art. 57 da Lei Complementar nº 01/1992, cuja dosimetria da pena será feita ao final da apuração de eventual prejuízo”. Grifos nossos.***

74. Assim, entendemos que a falta de caracterização do nexo causal é suficiente para afastar a solidariedade pelo débito, mas, como houve infração ao dever de cuidado com a coisa pública, consideramos improcedente a preliminar em tela.



Tribunal de Contas do Distrito Federal

SECRETARIA DE CONTAS
PRIMEIRA DIVISÃO DE CONTAS

Preliminar 4 – Litispendência (fl.9)

75. O defendente enxerga coincidência de temas entre os autos e o Processo n.º 25700/14, que aborda supostos fracionamentos, em 2013, na Administração do Cruzeiro.

76. Em consequência, requer o sobrestamento de todas as TCEs relativas ao exercício de 2013, derivadas do Processo n.º 35950/14-e.

Análise

77. Na realidade, o Processo n.º 25700/14, mencionado pelo defendente, trata da Tomada de Contas Anual (TCA) da Administração Regional do Cruzeiro – RA-XI, referente ao exercício de 2013, que avalia, de forma sistêmica, a gestão do órgão no referido exercício.

78. Os presentes autos tratam de TCE em que a contratação dos serviços se deu em 2014, e na Administração Regional de Taguatinga, com o objetivo de apurar uma irregularidade específica, cujo deslinde independe da avaliação da gestão, não havendo a alegada identidade de objeto com o Processo n.º 25700/14.

79. A irregularidade apurada nesta TCE é específica, pontual, e serve de subsídio para a avaliação da gestão na TCA. Caso a falha objeto da TCE seja suficientemente grave para impactar a gestão do órgão, daria causa ao sobrestamento da TCA e não o contrário.

80. Nesses termos, temos por improcedente a preliminar.

Preliminar 5 – Vedação ao comportamento contraditório. Aplicação da teoria do '*venire contra factum proprium (sic)* e *tu quoque*' (fls. 9/14)

81. O defendente retoma o Processo n.º 25700/14, TCA referente ao exercício de 2013 da Administração do Cruzeiro, ressaltando a constatação de responsabilidade da própria Administração, pois as irregularidades apontadas seriam, a seu ver, decorrentes da ausência de capacitação de servidores, alta rotatividade, desorganização e descontinuidade administrativa.



Tribunal de Contas do Distrito Federal

SECRETARIA DE CONTAS
PRIMEIRA DIVISÃO DE CONTAS

82. Alega ser contraditória, com violação da boa-fé, a sua responsabilização por falhas decorrentes da falta de recursos humanos e materiais. Colaciona doutrina acerca do princípio *venire contra factum proprium* (agir contra fato próprio) e do postulado *tu quoque* (você também), segundo os quais, respectivamente, a parte que viola a norma jurídica não pode, sem abuso, exercer a situação jurídica que essa mesma norma lhe impõe e não pode se beneficiar desse ato.

83. Assim, postula que a quase totalidade dos achados deve ser relativizada, de modo a considerar como meras falhas formais as supostas irregularidades apontadas.

Análise

84. As alegações de ingerência e descontinuidade administrativa vieram sem qualquer prova material, tratando-se de meras reclamações.

85. Cabe lembrar que as irregularidades relativas à gestão permaneceram no Processo n.º 35950/14-e, que originou esta TCE e outras. Apenas o prejuízo foi de lá destacado e desmembrado em diversas TCEs (vinte e três no total), uma para cada empresa contratada.

86. Ademais, o contrato sob análise (advindo do Convite nº 004/2014) teve como objeto realização de obra na Administração Regional de Taguatinga; a preliminar em tela remete à Administração Regional do Cruzeiro.

87. Estranhos, pois, as alegações aos esclarecimentos dos fatos estudados neste processo.

Preliminar 6 – Excludente de responsabilidade do ex-administrador - Decisões adotadas com base em pareceres técnicos e/ou jurídicos da Administração (fls. 14/18)

88. O defendente alega respaldo técnico e jurídico em todas as suas ações e decisões atinentes à contratação. Esclarece, trazendo doutrina e jurisprudência acerca do tema, que a sua responsabilidade estaria afastada em



Tribunal de Contas do Distrito Federal

SECRETARIA DE CONTAS
PRIMEIRA DIVISÃO DE CONTAS

razão dos pareceres técnicos e jurídicos que orientaram a sua atuação. Acrescenta que a contratação foi regularmente conduzida pela Comissão de Licitação, avaliada pela Gerência e respectiva Diretoria e, apenas ao final, por ele homologada.

Análise

89. Os procedimentos administrativos, relativos à contratação, tidos por irregulares, permaneceram no Processo n.º 35950/14-e, sendo as ponderações genéricas ora alegadas referentes àqueles autos.

90. Os prejuízos destacados nesta TCE decorrem de sobrepreços decorrente da precificação incorreta dos serviços.

91. Consideramos improcedentes as ponderações sobre este tópico.

Preliminar 7 – Impossibilidade do exercício do contraditório e da ampla defesa diante do tempo decorrido e em função da apreensão de grande parte dos processos pela Polícia Civil do DF (fls. 18/20)

92. O defendente alega inviável o pleno exercício do contraditório e da ampla defesa em razão do tempo decorrido e, principalmente, pela apreensão dos processos pela PCDF, inviabilizando a consulta. Argumenta ser a ampla defesa garantia constitucional, desenvolvendo o tema, para solicitar o arquivamento do feito, em razão da impossibilidade do exercício de seu direito.

Análise

93. Por meio da Consulta Pública de Processos – SICOP, pode ser constatado que o Processo nº 132.000.896/2014 permaneceu na RA-III desde a sua origem até o dia **01/07/2019** à disposição de consultas. O defendente foi citado em **07/08/18** (e-DOC 8ADC927B, peça 10).



Tribunal de Contas do Distrito Federal

SECRETARIA DE CONTAS
PRIMEIRA DIVISÃO DE CONTAS



Consulta Pública de Processos - SICOP

Resultado da Consulta realizada em 30/05/2023 18:06:25

Processo	0132-000896/2014	
Interessado	ADMINISTRACAO REGIONAL DE TAGUATINGA	
Assunto	EXECUCAO OBRA	
Assunto Secundário	REFORMA E REVITALIZACAO DO PARQUINHO, DO PISO DA QUADRA POLIESPORTIVA E CALCADAS DA PRACA DA QSF 02	
Criação	11/06/2014	
Tramitações		
Unidade	Data	Observação
MPDFT/PROTOCOLO	26/11/2020 14:39:51 915 dias	SOLICITADO POR MEIO DO OFÍCIO Nº184/2020, DE 22/10/2020-2ª PROREG-RF. PROCESSO SEI Nº 00132-00002832/2020-16.
RA-TAG/ARQUIVO	27/09/2019 17:05:25 426 dias	
RA-TAG/GAB	26/09/2019 10:29:04 1 dia	
RA-TAG/PROTOCOLO	26/09/2019 10:08:44 0 dia	
RA-TAG/ARQUIVO	11/06/2019 10:17:27 107 dias	
RA-TAG/GAB	10/06/2019 16:48:19 1 dia	O PROCESSO EM EPÍGRAFE FOI CONVERTIDO EM SUA TOTALIDADE DO SUPORTE FÍSICO PARA ELETRÔNICO E INSERIDO NO SEI-GDF, EM CONFORMIDADE COM O DECRETO Nº 36.756, DE 16 DE SETEMBRO DE 2015, ALTERADO PELO DECRETO Nº 37.565/2016, DE 23 DE AGOSTO DE 2015, MANTENDO O
RA-TAG/GAB/ASTEC	31/01/2019 14:27:50 130 dias	
RA-TAG/GAB	24/12/2018 08:53:42 38 dias	PARA JULGAMENTO DO RECURSO PRAZO DE 10 DIAS.
RA-TAG/COLOM/DIALIC/GELOAE	06/04/2018 15:41:45 262 dias	AO CUIDADOS DE FLÁVIA DA COMISSÃO DE TOMADAS DE CONTAS
RA-TAG/COLOM	04/09/2017 08:50:18 214 dias	
RA-TAG/GAB	28/08/2017 15:44:19 7 dias	PARA PARECER TÉCNICO COM VISTAS A COLOM
RA-TAG/GAB/CPS	22/08/2017 14:31:22 6 dias	A PEDIDO DO PRESIDENTE DA CPS, MEMO 57/2017-CPC DE 21/08/2017

94. A alegação não procede.

Preliminar 8 – Vedação da responsabilização objetiva do Administrador Público (fls. 21/25)

95. As alegações e ponderações apresentadas são similares àquelas que foram apresentadas na “Preliminar 3” (§§ 67-74).

Análise

96. A análise deste item foi contemplada na “Preliminar 3”, que trata do mesmo tema (§§ 67-74).



Tribunal de Contas do Distrito Federal

SECRETARIA DE CONTAS
PRIMEIRA DIVISÃO DE CONTAS

Mérito 1 – Inexistência de fracionamento. Competitividade assegurada com as licitações realizadas. Legalidade das condutas adotadas. (fls. 25/33)

97. O defendente pondera acerca do fracionamento da licitação e de outras questões relativas ao certame.

98. Aborda a execução contratual, negando a sua responsabilidade por prejuízos decorrentes dessa fase. Para tanto, observa que o recebimento dos serviços e os respectivos atestos foram efetivados pelos agentes públicos responsáveis, dotados de competência legal para a função. Portanto, entende que se pautou em provas documentais pertinentes, não sendo razoável exigir que pessoalmente fosse acompanhar a execução.

99. Em consequência, afirma não haver elementos capazes de demonstrar a ocorrência de prejuízo derivados de sua ação ou omissão, não sendo possível a manutenção de seu nome entre o rol de responsáveis.

Análise

100. Conforme já colocado nas análises de itens anteriores, as falhas relativas à licitação, a exemplo do fracionamento, são objetos do Processo n.º 35950/14-e.

101. O prejuízo em tela é, repise-se, relativamente ao sobrepreço constatado em alguns itens dos serviços que integraram o Convite nº 004/2014 (vide imagem constante no § 40 desta Informação).

102. Nesse sentido, as alegações são estranhas à matéria sob análise.

Mérito 2 – Incidência na realidade da TCE, do princípio "*duty to mitigate the loss*" (fls. 33/37)

103. Reclama o defendente dos efeitos financeiros decorrentes do tempo entre a ocorrência do fato e a apuração, quase cinco anos, o que impôs, no seu entendimento, correção exponencial dos valores de referência.



Tribunal de Contas do Distrito Federal

SECRETARIA DE CONTAS
PRIMEIRA DIVISÃO DE CONTAS

104. Pondera que tal agravamento do ônus financeiro decorre de certa inércia do DF e do Tribunal em mitigar o prejuízo sofrido.

105. Nesse contexto, entende cabível a aplicação do princípio “*duty to mitigate the loss*” (dever de mitigar as perdas), ao permanecer o Tribunal inerte, permitindo o crescimento exponencial do suposto ônus financeiro a ser imputado ao responsabilizado. Colaciona doutrina acerca do tema.

106. Solicita, em consideração à aplicação desse princípio, a incidência de atualização monetária somente durante a vigência do contrato, de forma a não beneficiar indevidamente o credor.

Análise

107. Com as vênias devidas, parece despropositada a aplicação do “*duty to mitigate the loss*” ao caso concreto. Derivado da boa-fé objetiva, o princípio impõe um comportamento ético ao credor, de forma a não prejudicar o devedor, agravando o débito imputado. A exemplo de uma instituição financeira que permanece inerte, sem alertar o devedor, por se beneficiar dos juros incidentes ao longo do tempo.

108. No caso concreto, o valor do prejuízo foi corrigido monetariamente, de forma a preservar o seu real valor no tempo, mitigando apenas os efeitos inflacionários. Portanto, a falta de correção desse valor beneficiaria indevidamente o responsabilizado, que pagaria um valor real inferior ao do dano provocado.

109. Cabe lembrar que a correção de valores praticada pelo Tribunal decorre de dever legal, por força de normativo regularmente aprovado e vigente, L.C. n.º 435/2001.

110. Ademais, o Tribunal atuou tempestivamente assim que tomou conhecimento da denúncia, não tendo o defendente apontado, de forma específica, quando se deu a inércia alegada. Ou seja, a sua alegação foi genérica e desprovida de prova.



Tribunal de Contas do Distrito Federal

SECRETARIA DE CONTAS
PRIMEIRA DIVISÃO DE CONTAS

111. Portanto, consideramos improcedente a defesa acerca do item em tela.

Mérito 3 – Da ausência de má-fé nas ações do justificante e do pedido (fls. 37/40)

112. Reafirma a ausência de má-fé e remete à fundamentação já exposta para frisar a inexistência de elementos caracterizadores do dolo e da culpa nos autos, não havendo como imputar responsabilidade ao agente.

Análise

113. Conforme analisado na “Preliminar 3” (§§ 67-74), entendemos que a conduta do defendente pode ser considerada como omissão imprópria, já que, enquanto dirigente máxima da Administração Regional de Taguatinga, tinha o dever de cuidado para implementar os controles necessários com a finalidade de impedir eventuais prejuízos (assim, o prejuízo poderia ocorrer **apesar de suas ações**, mas não por sua culpa); o que não ocorreu. Logo, improcedente a alegação.

Do pedido

114. Requer o acolhimento de sua defesa, de modo que, a uma, haja a suspensão do feito até final decisão na seara penal, a duas, que seu nome seja excluído do rol de responsáveis e, a três, na eventualidade de superação dos pedidos anteriores, que sua gestão e suas ações sejam julgadas regulares, ainda que com ressalvas e recomendações.

Análise

115. Por se tratar de “pedido”, não há análise de mérito deste tópico.

116. Dos pontos analisados, verifica-se que a defesa apresentada pelo Sr. Antônio Sabino de Vasconcelos Neto pode ser considerada parcialmente procedente.



Tribunal de Contas do Distrito Federal

SECRETARIA DE CONTAS
PRIMEIRA DIVISÃO DE CONTAS

117. Como já explanado, suas alegações são suficientes para excluir sua solidariedade no débito apurado, mas, como houve falta do dever de cuidado, sugerimos à Corte a aplicação dos precedentes fixados nas Decisões nº 4.242/2020 (Processo nº 17.403/2018) e 81/2021 (Processo nº 17.071/2018).

Defesa da Sra. Lauremar Dantas Barbosa (e-DOC 60DFA9B6, peça 25)⁸

118. Preliminarmente, observamos que a defendente, enquanto servidora pública, respondia pelo nome de Lauremar Gomes Dantas, mas, por meio do RG (fls. 60 da peça de defesa), se identificou com o nome de **Lauremar Dantas Barbosa**.

119. Os pontos da defesa apresentados pela Sra. Lauremar Dantas Barbosa são praticamente idênticos aos apresentados pelo Sr. Antônio Sabino de Vasconcelos Neto, antes analisados. Possuem igual teor e forma, com as devidas adaptações quanto ao cargo ocupado e detalhes correlatos, motivo pelo qual a análise é a mesma feita anteriormente, à exceção dos pontos relacionados à responsabilidade subjetiva, cujo exame deve ser personalizado por possuir a defendente outro cargo, além do acréscimo a seguir:

Mérito 1 – Prescrição. Processos relativos ao exercício de 2012 (págs. 30/38).

120. A defendente busca amparo na ocorrência de prescrição da pretensão administrativa, passados mais de cinco anos do contrato firmado em 2012, principalmente pelo comprometimento do direito de defesa, que se agrava à medida que o tempo avança.

⁸ Juntado aos presentes autos, à peça 23 (e-DOC 266EB1C3), encontramos o documento particular de defesa da Sra. Lauremar Dantas Barbosa submetido a tomada de contas especial em que se apontam irregularidades na contratação da empresa **Vale Construções e Serviços - ME** em 2013 na Administração do Cruzeiro (vide fl.3, segundo parágrafo), empresa responsabilizada no Processo nº 17179/2018. Notamos que o erro se repete em outros processos desmembrados. Ao mesmo tempo, encontramos o documento particular de defesa da Sra. Lauremar Dantas Barbosa referente à contratação da empresa **Carvalho e Silva Empreendimentos EIRELI - ME**, analisada nos presentes autos, erroneamente submetido aos autos do Processo nº 17217/2018, à peça 34 (e-DOC FAAFA811). Observando que os documentos submetidos são idênticos, consideramos a troca de nome da empresa responsável como um erro tipográfico.



Tribunal de Contas do Distrito Federal

SECRETARIA DE CONTAS
PRIMEIRA DIVISÃO DE CONTAS

121. Embora reconheça que a Lei n.º 8443/92 não regula a prescrição no âmbito dos Tribunais de Contas, a defendente colaciona doutrina e parecer que, na sua interpretação, resultariam na prescrição quinquenal aos processos submetidos às Cortes de Contas.

122. Solicita a aplicação do instituto ao caso concreto.

Análise

123. Destacamos que os processos analisados nesta TCE se referem ao exercício de 2014 e, conforme análise efetuada nos §§ 13/22 desta Informação, ocorreram marcos interruptivos e suspensivos que postergaram os prazos prescricionais. Assim reputamos que a prescrição não ocorreu nos presentes autos, à luz do disposto na Decisão nº 4.314/2021 e na DN TCDF nº 5/2021.

Análise dos pontos relacionados à responsabilidade subjetiva da Sra. Lauremar Dantas Barbosa

124. No caso concreto, a gestora Lauremar Dantas Barbosa era Diretora de Obras durante a execução do contrato referente ao Processo nº 139.000.896/2014 (nomeação no DODF nº 86, de 30/04/2014, pág. 65; e exoneração, no DODF nº 270, de 29/12/2014, pág. 8).

125. Lembrando que o regime jurídico aplicável às contratações públicas confere à Administração a prerrogativa de fiscalizar a realização dos objetos pactuados, consoante o art. 58, III, da Lei nº 8.666/1993, entendemos que que esse poder-dever não é uma mera faculdade conferida à Administração.

126. Nesse sentido, a responsável não atendeu ao que prescreviam o Decreto Distrital nº 32.598/2010 e a Lei nº 8.666/1993. Consoante decorrido na análise da “Preliminar 3” (§§ 67-74 desta informação), em alegação trazida por ambos os gestores, o prejuízo decorre de sobrepreço, indicando a orçamentista como a responsável, no caso a própria defendente.



Tribunal de Contas do Distrito Federal

SECRETARIA DE CONTAS
PRIMEIRA DIVISÃO DE CONTAS

127. Portanto, considera-se parcialmente improcedente a defesa da Sra. Lauremar Dantas Barbosa nos pontos relacionados à responsabilidade subjetiva.

IV – CONCLUSÕES

128. Todos os responsabilizados apresentaram defesa – o Sr. Antônio Sabino de Vasconcelos Neto na peça 23 (e-DOC 76057EB8), a Sra. Lauremar Dantas Barbosa na peça 25 (e-DOC 60DFA9B6) e a empresa Carvalho e Silva Empreendimentos EIRELI – ME, na peça 15 (e-DOC 9A569F9F).

129. A defesa apresentada pela empresa Carvalho e Silva Empreendimentos EIRELI – ME, consoante análise consignada nos §§ 31-52, nos parece parcialmente procedente; contudo, no que diz respeito aos aspectos estritamente técnicos dos serviços prestados, a situação recomendaria análise individualizada pela Divisão de Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia – DIFO, não fosse o baixo valor do débito identificado, o que desmotiva o referido encaminhamento.

130. As defesas do Sr. Antônio Sabino de Vasconcelos Neto e da Sra. Lauremar Dantas Barbosa são parcialmente procedentes, consoante exame consignado nos §§ 53-117 e §§ 118-127, respectivamente.

131. Apesar de as defesas apresentadas pelo Sr. Antônio Sabino de Vasconcelos Neto e pela Sra. Lauremar Dantas Barbosa não serem capazes de infirmar, na íntegra, a responsabilidade que lhes pesa sob os ombros, são suficientes, a nosso ver, para descaracterizar a solidariedade pelo débito identificado.

132. Ademais, no voto da Decisão nº 1.544/2023 (págs. 25/26 do e-DOC C53022FD-e, Processo nº 17.071/2018) o i. Relator também entendeu o seguinte:

“Nada obstante a improcedência da novel manifestação, entendo que o caráter pedagógico e punitivo decorrente da multa aplicada no bojo do Processo n.º 17.403/2018-e por intermédio da Decisão n.º 4.060/2021 (item V) e Acórdãos n.ºs 382/2021 e 383/2021 (em fase de exame de mérito de Recurso de Reconsideração) já alcançou seu propósito.



Tribunal de Contas do Distrito Federal

SECRETARIA DE CONTAS
PRIMEIRA DIVISÃO DE CONTAS

*Por esse motivo, acrescido ao fato de que o Tribunal não está encerrando as presentes contas por ausência de prejuízo, entendo que o Tribunal pode, **excepcionalmente**, deixar de aplicar multa ao Sr. Antônio Sabino de Vasconcelos Neto (Administrador Regional da Administração Regional do Cruzeiro – RA XI à época dos fatos), estendendo tal raciocínio à Sra. Lauremar Dantas Barbosa (ex-Diretora de Obras da RA XI e orçamentista), pelas irregularidades apontadas nestes autos.” (grifo original)*

133. Por se tratar de questão idêntica, entendemos prudente que o entendimento exarado pelo nobre Relator seja estendido aos presentes autos.

134. Noutra senda, tendo em vista que o valor de alçada do débito identificado neste autos remete a análise desta Tomada de Contas Especial ao rito sumaríssimo, conforme já explanado nos §§ 45-52, concluímos que seu prosseguimento deva ocorrer no âmbito da Secretaria de Estado de Governo do Distrito Federal – SEGOV/DF, por ser a Secretaria responsável pela coordenação e supervisão das Administrações Regionais, nos moldes do art. 3º, inciso I e II, do Decreto nº 37.625/2016⁹, de modo a uniformizar o tratamento ao tema, em consonância com a Decisão nº 4060/2021.

135. Assim, tendo em conta os princípios da racionalização administrativa e da economia processual, insculpidos no artigo⁹ 85 da L.C. n.º 01/94, pode a c. Corte autorizar o arquivamento dos autos.

V - SUGESTÕES

136. Diante do exposto, sugerimos ao egrégio Plenário que:

- I. levante o sobrestamento dos autos, determinado na Decisão nº 2306/2019;
- II. tome conhecimento das alegações de defesa apresentadas pelo Sr. Antônio Sabino de Vasconcelos Neto (CPF: 145.216.441-04), então Administrador Regional, pela Sra. Lauremar Dantas Barbosa (CPF: 398.855.261-53), Diretora de Obras à época e pela empresa Carvalho e Silva

⁹ Art. 85. A título de racionalização administrativa e economia processual, e com o objetivo de evitar que o custo da cobrança seja superior ao valor do ressarcimento, o Tribunal poderá determinar, desde logo, o arquivamento do processo, sem cancelamento do débito, a cujo pagamento continuará obrigado o devedor, para que lhe possa ser dada quitação.



Tribunal de Contas do Distrito Federal

SECRETARIA DE CONTAS
PRIMEIRA DIVISÃO DE CONTAS

- Empreendimentos EIRELI-ME (CNPJ: 18.696.463/0001-03), para, no mérito, considerá-las parcialmente procedentes;
- III. determine o prosseguimento desta TCE no âmbito da Secretaria de Estado de Governo do Distrito Federal – SEGOV/DF, tendo em conta que o valor do dano remete os autos ao rito sumaríssimo, ficando, portanto, seu trâmite a cargo da referida Secretaria, com fulcro no art. 56 da Instrução Normativa nº 3/2021, a qual deverá realizar o devido registro e acompanhamento no Sistema e-Contas, conforme previsto no art. 68 e 69 da referida Instrução Normativa;
- IV. dê ciência da decisão que vier a ser proferida ao Sr. Antônio Sabino de Vasconcelos Neto, à Sra. Lauremar Dantas Barbosa e ao representante legal da empresa Carvalho e Silva Empreendimentos EIRELI-ME;
- V. autorize:
- a) o envio de cópia desta Instrução, do relatório/voto do Relator e da Decisão que vier a ser proferida à Secretaria de Estado de Governo do Distrito Federal – SEGOV/DF, para subsidiar o registro e acompanhamento indicado no item III;
- b) o retorno dos autos à Secretaria de Contas para as providências pertinentes e arquivamento.

À superior consideração.

Adriana Doniak

Auditora de Controle Externo



Tribunal de Contas do Distrito Federal

SECRETARIA DE CONTAS
PRIMEIRA DIVISÃO DE CONTAS

Pondo-me de acordo com as sugestões apresentadas na Informação nº 108/2023 – SECONT/1ª DICONT, submeto estes autos à consideração do Senhor Secretário.

Primeira Divisão de Contas, 22/08/2023.

LEANDRO OLIVEIRA VAZ DE SOUZA

Diretor-Substituto